



CURSO BÁSICO DE LIBRAS

Fortaleza, 2019

SUMÁRIO

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR CURSO DE EXTENSÃO**
- 2. IDENTIFICAÇÃO DO *CAMPUS***
- 3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO**
- 4. APRESENTAÇÃO**
- 5. JUSTIFICATIVA**
- 6. OBJETIVO GERAL**
 - 6.1Objetivos específicos**
- 7. PÚBLICO ALVO**
- 8. FORMAS DE DIVULGAÇÃO**
- 9. FORMAS DE ACESSO AO CURSO**
- 10. PROCEDIMENTOS/METODOLOGIA**
- 11. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO**
- 12. PROCESSO DE AVALIAÇÃO**
- 13. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**
- 14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**
- 15. CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS**
- 16. EQUIPE EXECUTORA**
- 17. PROGRAMA DA UNIDADE DIDÁTICA -PUD**

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) COORDENADOR(A) CURSO DE EXTENSÃO

Nome:	Hellenvivian de Alcântara Barros
Titulação:	Mestranda em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Matrícula SIAPE:	2164640
E-mail alternativo:	Hellenvivianalcantara@gmail.com.br
Telefones para contato:	(85) 34012348/ 2346
Endereço:	Rua Anário Braga 608 apart. 104
Bairro:	Antônio Bezerra/ Fortaleza
CEP:	60350350

2. IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS

Campus	Reitoria
Endereço	Jorge Dumar de 1703
Cidade/UF/CEP	Fortaleza
Telefone – Fax	(85) 34012348/ 2346

3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO

Tipo de Curso de Extensão:	Formação Inicial
Carga horária total:	40h
Área de Atuação da Extensão	
<input type="checkbox"/> Comunicação	
<input type="checkbox"/> Cultura	
<input checked="" type="checkbox"/> Educação	
<input type="checkbox"/> Meio Ambiente	
<input type="checkbox"/> Saúde	
<input type="checkbox"/> Trabalho	
<input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção	
<input checked="" type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça	
Eixo Tecnológico	
<input type="checkbox"/> Ambiente e Saúde	
<input type="checkbox"/> Segurança	
<input checked="" type="checkbox"/> Desenvolvimento Educacional e Social	
<input type="checkbox"/> Controle e Processos Industriais	
<input type="checkbox"/> Gestão e Negócios	
<input type="checkbox"/> Turismo, Hospitalidade e Lazer	
<input type="checkbox"/> Informação e Comunicação	

<input type="checkbox"/> Infraestrutura <input type="checkbox"/> Produção Alimentícia <input type="checkbox"/> Produção Cultural e Design <input type="checkbox"/> Produção Industrial <input type="checkbox"/> Recursos Naturais	
Modalidade de ensino:	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> A distância
Local de realização:	Reitoria
Escolaridade mínima dos participantes:	Ensino médio completo
Período letivo inicial (Ano de execução/Semestre):	2018.1
Data de início: 06.03.2018	Previsão de término: 26.06.2018
Turno de oferta:	<input checked="" type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral
Nº de vagas ofertadas para comunidade interna ao <i>campus</i> /reitoria: 12	Nº de vagas ofertadas para comunidade externa ao <i>campus</i> : 18
Nº mínimo de participantes por turma: 15	Nº máximo de participantes por turma: 30
Instituição parceira, caso haja:	<i>Campus</i> de Caucaia, <i>campus</i> de Horizonte, Progep, Demas.
Requisitos para ingresso do discente ao curso:	Ter interesse no aprendizado da Libras.

4. APRESENTAÇÃO

O curso de Básico de Libras 40h é ação desenvolvida pela Pró-reitoria de Extensão, e tem como principal intuito o de difundir Língua brasileira de sinais- LIBRAS e consequentemente acessibilidade das pessoas surdas. O referido curso de Libras é um produto educacional exigido pelo mercado profissional. E as partes descritas abaixo visam apresentar as características relevantes contidas neste projeto, a saber, justificativa, objetivos, público alvo, formas de publicação, dentre outros.

5. JUSTIFICATIVA

O IFCE é uma instituição de educação profissional que tem como um de seus objetivos a oferta cursos básicos, destinados às pessoas com ou sem escolaridade mínima; assim como cursos técnicos de nível médio e cursos graduação e pós-graduação. O mesmo tem como visão tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área da ciência e tecnologia. Sua missão é produzir disseminar e aplicar os conhecimentos científicos

e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, visando sua total inserção social, política, cultural e ética (IFCE,2019).

Tanto o IFCE como outras instituições de ensino, devem trabalhar na perspectiva de que a educação escolar inclusiva, ou seja, é um direito de todos aprenderem, independentemente da cor, condição social, limitações de ordem física que as pessoas venham ter. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996 sem dúvida, foram os principais instrumentos para a validação da educação inclusiva no sistema educacional brasileiro.

Com isto o IFCE tem que pautar suas ações de forma a incluir a todos os sujeitos promovendo a aprendizagem dos mesmos, ou seja, trabalhar para eliminação de barreiras que impeçam o pleno desenvolvimento dos educandos. Por isso foi de suma importância a constituição dos documentos normativos institucionais como Projeto Político Pedagógico Institucional-PPI de 2018 que traçou orientações gerais para o ensino, pesquisa e extensão. Assim como Plano de permanência e êxito do IFCE que a partir da identificação das causas de evasão e retenção traçou medidas de intervenção com o objetivo de diminuir os referidos dados e tantos outros documentos que somam-se a esses com o objetivo do IFCE ser uma instituição inclusiva.

Educação Inclusiva faz-se na promoção da acessibilidade: atitudinal, arquitetônica comunicacional/informacional, programática, instrumental, tornando um espaço acolhedor e possibilitando a autonomia das pessoas com deficiência. A partir de então o Brasil tem adotado medidas para efetivar a acessibilidade. No caso específico das pessoas com surdez, o estado brasileiro tem pela frente a responsabilidade de garantir que estes tenham acesso à informação em todos os ambientes, combater a discriminação e incentivar a difusão da LIBRAS, buscando a qualificação profissional das pessoas que atuam de forma direta ou indireta com este público.

Para isso foram de extrema importância a Lei nº 10.436 que em 2002 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação da comunidade surda. Ainda diz que é responsabilidade do poder público, empresas concessionárias e serviços públicos difundirem a LIBRAS como meio de comunicação (BRASIL, 2002).

Em seguida, o Decreto nº 5.625/2005 definiu a surdez, assim como a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de licenciaturas e fonoaudiologia em instituições públicas e privadas. Para estratégias de difusão da Libras. O referido decreto diz

que as instituições de ensino superior devem garantir às pessoas surdas, a comunicação, informação, acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2005).

Para Dias (2014) as referidas legislações precisam urgentemente ser cumpridas, pois as pessoas surdas, usuários da Libras precisam expressar-se livremente suas opiniões e acessar as informações, e para isso é preciso que a Libras seja conhecido de todos os brasileiros, pois se apenas um pequeno grupo se apropriar, os surdos vão continuar isolados da comunicação com os ouvintes.

6. OBJETIVO GERAL

Ofertar noção básica em Libras, com o intuito de desenvolver práticas acessíveis em espaços escolares

6.1 Objetivos específicos

Desenvolver habilidades básicas sobre a Língua brasileira de sinais – LIBRAS; Despertar para o estudo sobre acessibilidade; Divulgar a LIBRAS por meio de novos vocábulos e situações comunicativas; Ampliar a comunicação em LIBRAS entre surdos e ouvintes; Ser capaz de estabelecer comunicação de forma básica com pessoas surdas;

7. PÚBLICO ALVO

Escola Estadual Paulo VI; Escola Municipal Mozart Pinto; Escola municipal Figueiras Lima Servidores da reitoria; Terceirizados da reitorias; Profissionais da Cáritas.

8. FORMAS DE DIVULGAÇÃO

Servidores das escolas, das associações e da Cáritas: Visitas a estes locais para sensibiliza-los sobre a importância sobre a aprendizagem da Libras para acessibilidade dos surdos. Durante a visita será feito uma entrega de ficha de inscrição e fixação de cartaz nos murais destas instituições.

Servidores da Reitoria: Visitas aos setores para sensibiliza-los sobre a importância sobre a aprendizagem da Libras para acessibilidade dos surdos e entrega da ficha de inscrição e fixação do cartaz no mural da reitoria. Além das mídias digitais e redes sociais internas, bem como através da rede de e-mail todos.

Para os terceirizados: foi feito uma reunião com chefe de Departamento de terceirizados para explicar sobre a importância do curso e necessidade de formação dos profissionais para melhor atender a comunidade interna e membros da sociedade.

9. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

Os representantes das escolas serão definidos entre corpo docente, gestores escolares, representantes de grêmio e representantes de classe. Já para os servidores da reitoria, cada setor definirá quem são seus representantes no curso, buscando observar o interesse dos servidores para participar, bem como a maior necessidade em atender público de pessoas surdas. Dentre os terceirizados, orientaremos ao Chefe de Departamento- (DEMAS) a reunir os profissionais e fazer a escolha, também a partir da motivação dos mesmos e necessidade institucional para atendimento do público externo.

10. PROCEDIMENTOS/METODOLOGIA

As aulas ocorrerão de março a junho de 2018 todas as terças feiras no espaço da reitoria contabilizando às 40 horas. Durante as aulas, os cursitas serão estimulados a participar durante e depois das aulas, através das atividades em sala de aula e extraclasse, promovendo dessa forma a aprendizagem colaborativa e participativa. O conteúdo proposto será exposto e dialogado buscando atender os objetivos proposto e estreitar o relacionamento entre os cursitas e entre esses e os professores.

Durante o curso far-se-a uso de recurso como: apostilas, data – show, atividades xerocopiadas, entre outros. Ainda teremos a participação de professores convidados, entre eles um professor surdo, sendo este usuário da Língua brasileira de sinais- Libras. Pois, entendemos que a interação entre os cursistas e o professor surdo vai contribuir com a aprendizagem dos estudantes, assim como contribuir com a quebra de estigmas de que o sujeito surdo é incapaz.

11. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

Disciplina	Carga horária	Professores responsáveis
Básico de LIBRAS	40h	Guilherme Julio silva
		Joao João Martins Neto
		Maria Izalete Inácio Vieira

12. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, devendo acontecer durante os momentos de formação e aprendizagens, por meio de relatórios e atividades práticas.

13. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Este curso de extensão é vinculado algum programa ou projeto () Sim (x) Não
Critérios para emissão de certificados para participantes: Nota mínima: ao final do curso os estudantes serão certificados mediante assiduidade obrigatória de 75%, participação durante as aulas, entrega das atividades, entre outros requisitos a ser combinado durante o desenvolver do curso

14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

() Sim (x) Não

15. CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

Espera-se que ao final do curso os estudantes tenham desenvolvido: Habilidades mínimas que o auxilie na comunicação com as pessoas surdas que usam a Libras como forma de comunicação; Compreensão de que a língua brasileira de sinais- Libras tem estrutura própria assim como as demais línguas; Contribuir para quebra de estigmas sobre as pessoas surdas.

16 EQUIPE EXECUTORA

Nome	Unidade	Cargo	Responsabilidades
Hellenvivan de Alcântara Barros -	IFCE/ Proext	Pedagoga	Coordenadora
Patricia Fernandes de Freitas	IFCE/Proext	Assistente social	Articuladora comunitária
Maria Izaete Inácio Vieira.	IFCE/ Caucaia	Professora de Libras	Professora colaboradora
Joao João Martins Neto	IFCE/ Horizonte	Professor de Libras	Professor colaborador
Guilherme Júlio da Silva	IFCE/Proext	Interprete de Libras	Professor
Daniel Ferreira de Castro	IFCE/Proext	Assistente Administrativo	Articuladores institucionais
Flaviana Damasceno	IFCE/Proext	Assistente Administrativo	Secretária
Kelma de Freitas Felipe	IFCE/ Proext	Assistente social	Articuladores institucionais

17. PROGRAMA DA UNIDADE DIDÁTICA - PUD

DISCIPLINA: Básico de Libras	
Carga Horária: 40h	
Número de Créditos: 02	
Semestre: 2018.1	
EMENTA	
<p>A disciplina Básico de Libras tem como objetivo levar os alunos a desenvolver habilidades comunicativas básicas em Libras com a finalidade de atender os preceitos de inclusão das pessoas surdas tanto no âmbito educacional como laboral determinado na Lei 10.436/02 e seu Decreto de regulamento 5.626/05 atendendo as orientações que trata de sua difusão. A disciplina também abrange os conteúdos relacionados aos fundamentos históricos culturais da Libras e sua relação com a educação dos Surdos; Cultura e Identidade Surdas; Expressões não manuais; Uso do Espaço. Vocabulário da Libras em diferentes contextos.</p>	
OBJETIVO	
<p>Geral: Promover o aprendizado das noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.</p> <p>Específicos: Divulgar a LIBRAS por meio de novos vocábulos e situações comunicativas; Ampliar a comunicação em LIBRAS entre surdos e ouvintes; Ser capaz de estabelecer comunicação de forma básica com pessoas surdas;</p>	
PROGRAMA	
01	APRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS SOBRE A LINGUA DE SINAIS ORIENTAÇÃO PARA ESTUDANTES: aspectos gerais da Libras. O QUE É LIBRAS? ALFABETO MANUAL
02	SINAL APRESENTAÇÃO PESSOAL/ LOCAL EXPRESSÕES FACIAIS E CORPORAIS SAUDAÇÕES E CUMPRIMENTOS CALENDÁRIO: NÚMEROS, DIAS DE SEMANA, FERIADOS NÚMEROS CARDINAIS ANIMAIS DOMÉSTICOS E SELVAGENS ADVÉRBIO DE TEMPO PRONOMES E EXPRESSÕES INTERROGATIVAS PRONOMES PESSOAIS PRONOMES POSSESSIVOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS/ADVÉRBIO DE LUGAR EM LIBRAS GRAU DE INTENSIDADE TIPOS DE FRASE EM LIBRAS VOCÁBULOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL
METODOLOGIA DE ENSINO	

As aulas serão expositivas com a participação ativa dos estudantes através das dinâmicas e atividades propostas pelos docentes.

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, devendo acontecer durante os momentos de formação e aprendizagens, através de dinâmicas e diálogos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 dez. 2011.

BRASIL. Constituição. Federal 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em 04 de outubro de 2016.

DINIZ, M. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com deficiência. Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Fortaleza: INESP, 2015.

BRASIL. Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato_2011>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

SANTOS, Tatiana. LINHARES, Regina Célia. **Política de inclusão para o ensino superior**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/snR58v>>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico